



CIDADE DE PELOTAS
INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - Este caderno de prova é constituído por 40 (quarenta) questões objetivas.
- 2 - A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas.
- 3 - Para cada questão, são apresentadas 04 (quatro) alternativas (a – b – c – d).
APENAS UMA delas responde de maneira correta ao enunciado.
- 4 - Após conferir os dados, contidos no campo “Identificação do Candidato” no Cartão de Resposta, assine no espaço indicado.
- 5 - Marque, com caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, conforme exemplo abaixo, no Cartão de Resposta – único documento válido para correção eletrônica.

(a) (b) (c) (d)
- 6 - Em hipótese alguma, haverá substituição do Cartão de Resposta.
- 7 - Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- 8 - O preenchimento do Cartão de Resposta deverá ser feito dentro do tempo previsto para esta prova, ou seja, 04 (quatro) horas.
- 9 - Serão anuladas as questões que tiverem mais de uma alternativa marcada, emendas e/ou rasuras.
- 10 - O candidato só poderá retirar-se da sala de prova após transcorrida 01 (uma) hora do seu início.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. O Decreto nº 4.304/2002 alterou a organização e a estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. De acordo com as alterações, é correto afirmar que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal
 - a) a Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica dos órgãos que compõem o sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.
 - b) o Tribunal de Contas da União, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, encarregado de fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - c) a Controladoria-Geral da União, como órgão central, incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema.
 - d) as unidades de controle interno dos comandos militares e as Gerências Regionais de Controle Interno nos Estados, como unidades regionais do órgão central.

2. Constitui atividade complementar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de acordo com a Instrução Normativa SFC nº 01/2001,
 - a) elaboração da prestação de contas do Presidente da República visando atender ao disposto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal, em consonância com as instruções estabelecidas pela Advocacia-Geral da União.
 - b) o julgamento dos processos de pessoal, especialmente os atos de admissão, desligamento, aposentadoria, reforma e pensão visando subsidiar o Tribunal de Contas da União no cumprimento do disposto no inciso III, do art. 71, da Constituição Federal.
 - c) a Tomada de Contas Especial quando se configurar a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens e valores públicos, ou, ainda, a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico mesmo que esses atos não resultem dano ao erário.
 - d) a criação de condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União, visando fortalecer esse mecanismo complementar de controle público.

3. A investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, órgãos e procedimentos interligados, visando dar segurança à opinião do responsável pela execução do trabalho sobre o fato observado corresponde a técnica de auditoria denominada
 - a) rastreamento.
 - b) análise documental.
 - c) exame de registros.
 - d) inspeção física.

4. É o documento destinado ao registro das verificações significativas detectadas no desenvolvimento dos trabalhos, a ser elaborado de forma concisa, com base em cada relatório. Objetiva possibilitar a criação de um banco de dados relevantes sobre os órgãos ou entidades, tais como, irregularidades, deficiências, impropriedades e fatos que mereçam exames mais profundos, em outra oportunidade, por fugirem ao escopo dos trabalhos realizados.

A descrição acima refere-se ao documento denominado

- a) registro das constatações.
- b) papéis de trabalho.
- c) nota de auditoria.
- d) solicitação de auditoria.

5. Em auditoria, o método de amostragem que se baseia, principalmente, na experiência do servidor, tornando inviável a aplicação de tratamento estatístico a seus resultados é denominado

- a) amostra aleatória simples.
- b) probabilístico.
- c) amostra aleatória complexa.
- d) não-probabilístico.

6. Quando da definição de sua amostra, o auditor deve avaliar a priorização levando em consideração variáveis básicas, utilizadas em todas as fases do processo de planificação dos trabalhos de controle. Levando isso em consideração, analise os conceitos que seguem.

- I. Significa a importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto.
- II. Expressa a não-aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados.
- III. Refere-se ao volume de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um ponto específico de controle objeto dos exames de auditoria ou fiscalização.

A sequência correspondente a esses conceitos é, respectivamente,

- a) materialidade, criticidade, relevância.
- b) relevância, criticidade, materialidade.
- c) relevância, materialidade, criticidade.
- d) materialidade, relevância, criticidade.

7. O Certificado de Auditoria, emitido quando o órgão ou unidade de controle interno constatar falhas, omissões ou impropriedades de natureza formal no cumprimento das normas e diretrizes governamentais, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade e que, pela sua irrelevância ou imaterialidade, não caracterizem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis, é denominado de

- a) certificado de irregularidade com ressalvas.
- b) certificado de regularidade.
- c) certificado de regularidade com ressalvas.
- d) certificado de irregularidade.

8. Os princípios de controle interno administrativo constituem regras, diretrizes e sistemas que visam ao atingimento de objetivos específicos.

O rodízio de funções e a obrigatoriedade de funcionários gozarem férias regularmente têm como objetivo

- a) reduzir ou eliminar possibilidades de fraudes e evitar a dissimulação de irregularidades.
- b) atender ao princípio da segregação de funções.
- c) atenuar os controles sobre as transações para que sejam efetuadas mediante atos legítimos.
- d) permitir qualificação adequada e universal a todos os servidores de maneira uniforme dentro da administração.

9. O objetivo geral dos controles internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades, por meio dos princípios e instrumentos próprios, destacando-se entre os objetivos específicos, a serem atingidos, os seguintes, **EXCETO**,

- a) salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização sem se importar com a legitimidade do passivo.
- b) observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos.
- c) assegurar a aderência das atividades às diretrizes, planos, normas e procedimentos da unidade/entidade.
- d) assegurar, nas informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais, sua exatidão, confiabilidade, integridade e oportunidade.

10. Quanto às competências do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que

- a) a avaliação da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado sem, no entanto, verificar o cumprimento do objeto avençado está entre as atividades precípua do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- b) a atividade de apoio ao controle externo consiste no fornecimento de informações técnicas sem, contudo, compartilhar os resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- c) as atividades a cargo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal destinam-se, preferencialmente, a subsidiar o exercício da direção superior da Administração Pública Federal, a cargo do Presidente da República.
- d) a atividade de orientação confunde-se com as de consultoria e assessoramento jurídico que competem a Advocacia-Geral da União e a seus respectivos órgãos e unidades.

11. Com relação à classificação das auditorias no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, adotada pela Instrução Normativa SFC nº 01/2001, é correto afirmar que:

- a) a auditoria de avaliação da gestão consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional das unidades ou entidades da administração pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes.
- b) a auditoria de acompanhamento da gestão objetiva atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- c) a auditoria operacional tem por objeto verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos com vistas a emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras.
- d) a auditoria especial objetiva o exame de fatos ou situações do cotidiano da unidade ou entidade, de natureza comum ou ordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente.

12. As atividades de auditoria executadas diretamente por servidores em exercício nos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e conjuntamente por servidores em exercício nos órgãos central, setoriais, unidades regionais e/ou setoriais do mesmo sistema são, respectivamente,

- a) direta e integrada.
- b) indireta e compartilhada.
- c) direta e descentralizada.
- d) indireta e terceirizada.

13. A atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta Federal e entidades privadas, tem como objetos de exames, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa SFC nº 01/2001,

- a) a arrecadação, a restituição e as renúncias de receitas dos tributos federais, estaduais e municipais.
- b) o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades constituídas e mantidas pelo poder público federal.
- c) os projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e projetos de financiamento ou doação de organismos multilaterais de crédito com qualquer órgão ou entidade no país.
- d) a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

14.As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, sujeitam-se à atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal mediante os processos de tomada e prestação de contas.

A respeito desses processos, é correto afirmar que

- a) a prestação de contas será obrigatoriamente unificada por entidade, não se admitindo subdivisões, a menos que previsto em lei específica.
- b) a tomada de contas será obrigatoriamente consolidada se envolver mais de uma unidade gestora que tenha vinculação administrativa.
- c) se sujeitam à prestação de contas os ordenadores de despesas das unidades da Administração Direta Federal.
- d) se sujeitam a tomada de contas as pessoas físicas que recebam recursos da União para atender necessidades previstas em lei específica.

15.O planejamento das ações de controle adotado pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de acordo com a Instrução Normativa SFC nº 01/2001, deve observar uma sequência de procedimentos iniciada pelo(a)

- a) hierarquização no nível das ações de cada programa, segundo critérios definidos com bases estratégicas, que podem ser políticas ou sociais.
- b) elaboração do plano estratégico da ação selecionada, incluindo levantamento dos pontos críticos e frágeis, capazes de impactar a execução e a definição da abordagem de controle a ser adotada, que terá por foco os pontos críticos identificados.
- c) hierarquização dos diversos programas/programações governamentais, baseada em critérios políticos e estratégicos definidos, bem como riscos baseados em materialidade, relevância e criticidade.
- d) mapeamento das políticas públicas afetas a cada ministério ou órgão equivalente, com identificação dos macro-objetivos, dos recursos previstos, dos agentes responsáveis e interfaces, de modo a evidenciar a importância estratégica, de cada uma delas, inclusive em relação ao projeto global de governo.

16.À respeito dos instrumentais de trabalho do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que o

- a) parecer é o documento que representa a opinião do Sistema de Controle Interno sobre a exatidão e regularidade, ou não, da gestão e a adequabilidade, ou não, das peças examinadas.
- b) certificado constitui-se na peça documental que externaliza a avaliação conclusiva do Sistema de Controle Interno sobre a gestão examinada, para que os autos sejam submetidos à autoridade ministerial que se pronunciará na forma prevista no artigo 52, da Lei nº 8.443/92.
- c) relatório constitui-se na forma pela qual os resultados dos trabalhos realizados são levados ao conhecimento das autoridades competentes. Quando enviados à direção, tem por finalidade fornecer dados para tomada de decisões sobre a política da área supervisionada.
- d) certificado consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as falhas identificadas, bem como avaliará a eficiência e a eficácia da gestão, inclusive quanto à economia na utilização dos recursos públicos.

17.Os controles internos administrativos, implementados em uma organização, devem

- a) estar direcionados para o atendimento aos principais níveis hierárquicos da administração.
- b) prevalecer como instrumentos auxiliares de gestão.
- c) estar, permanentemente, voltados para a prevenção de eventuais desvios em relação aos parâmetros estabelecidos.
- d) ter, prioritariamente, caráter corretivo.

- 18.** Com relação às unidades de auditoria interna das entidades da administração pública federal indireta, é **INCORRETO** afirmar que
- a) a unidade de auditoria interna ou auditor interno vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes. Caso a entidade não conte com conselho de administração ou órgão equivalente, a auditoria interna ou o auditor interno subordinar-se-á diretamente ao dirigente máximo da entidade.
 - b) os trabalhos de auditoria interna são executados por unidade de auditoria interna, ou por auditor interno, especialmente designado para a função, e tem como característica principal o assessoramento à alta administração da entidade, nos moldes do assessoramento prestado pela Advocacia-Geral da União para as entidades da administração direta.
 - c) as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.
 - d) a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.
- 19.** A prestação de contas anual do Presidente da República, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, será elaborada
- a) pela Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda com o auxílio da Controladoria-Geral da União.
 - b) pelo Tribunal de Contas da União, órgão encarregado de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo.
 - c) pela Casa Civil da Presidência da República, com o auxílio dos ministérios.
 - d) pelo órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal com o auxílio da Secretaria Federal de Controle Interno.
- 20.** As entidades da Administração Pública Federal indireta estão obrigadas a organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle
- a) mesmo no caso em que a demanda não justificar a estruturação de uma unidade de auditoria interna, para atender ao disposto na legislação vigente.
 - b) apenas no caso em que a demanda justificar a estruturação de uma unidade de auditoria interna. Do contrário, essas entidades estão desobrigadas do desempenho dessa atividade.
 - c) se a demanda justificar a estruturação de uma unidade de auditoria interna. Do contrário, deverá constar do ato de regulamentação da entidade o desempenho dessa atividade por auditor interno.
 - d) mesmo no caso em que a demanda não justificar a estruturação de uma unidade de auditoria interna, pois o desempenho dessa atividade não pode ser delegado.

21. Compete à Secretaria Federal de Controle Interno do Poder Executivo Federal

- a) efetuar estudos e propor medidas visando promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- b) consolidar os planos de trabalho e avaliar o desempenho das unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta.
- c) assessorar os Ministros de Estado nos assuntos de competência do controle interno.
- d) homogeneizar as interpretações sobre procedimentos relativos às atividades a cargo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

22. Os indicadores de gestão são informações obtidas com a aplicação de fórmulas que fornecem indícios de eficiência, eficácia, legalidade e economicidade de como são conduzidas as operações, por meio de uma interdependência entre as variáveis em questão.

Constitui requisito básico para a seleção e a produção de indicadores de gestão a

- a) seletividade suficientemente representativa, inclusive em termos estatísticos, do processo ou da área a que se refere.
- b) cobertura, que consiste na capacidade de captar os aspectos, etapas e resultados essenciais ou críticos das operações examinadas.
- c) oportunidade, que consiste na capacidade de registrar, fornecer e manter adequadamente os dados, informações e a memória de cálculo, utilizados na geração dos próprios indicadores.
- d) permanência e estabilidade que compreendem a aplicação, gerada a baixo custo, por meio da utilização de relações percentuais simples, da média aritmética e outras formas de obtenção.

23. Com relação à estrutura conceitual básica das técnicas de controle no Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal é correto afirmar

- a) o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por intermédio da técnica de auditoria, dentre outras atividades, deve aferir a adequação dos mecanismos de controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.
- b) a auditoria é o conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- c) o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por intermédio da técnica de fiscalização, dentre outras atividades, deve examinar a regularidade e avaliar a eficiência e eficácia da gestão administrativa e dos resultados alcançados nas ações de governo.
- d) a finalidade básica da auditoria é avaliar a execução dos programas de governo elencados ou não na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.

24. Os Papéis de Trabalho são documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. À respeito desses documentos é correto afirmar que

- a) o arquivo corrente dos papéis de trabalho deve conter assuntos que forem de interesse para consulta sempre que se quiser dados sobre o sistema, área ou unidade objeto de controle.
- b) os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar o entendimento e o suporte da atividade de controle executada, sem a necessidade de conter a documentação do planejamento, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos.
- c) os papéis de trabalho do tipo permanente, utilizados nas atividades de campo, são considerados os mais importantes elementos documentais do trabalho do servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- d) o programa de auditoria e fiscalização, o registro dos exames feitos e as conclusões resultantes dos trabalhos devem fazer parte dos arquivos correntes de papéis de trabalho.

25. No desempenho de suas funções, o servidor do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal deve observar, entre outros, os seguintes aspectos:

- I. Comportamento ético; agir com prudência, habilidade e atenção de modo a reduzir ao mínimo a margem de erro e acatar as normas de ética profissional, o bom senso em seus atos e recomendações, o cumprimento das normas gerais de controle interno e o adequado emprego dos procedimentos de aplicação geral ou específica.
- II. Objetividade; procurar apoiar-se em documentos e evidências que permitam convicção da realidade ou a veracidade dos fatos ou situações examinadas.
- III. Imparcialidade: abster-se de intervir em casos onde haja conflito de interesses que possam influenciar a imparcialidade do seu trabalho, devendo comunicar o fato aos seus superiores.
- IV. Independência; manter uma atitude de independência com relação ao agente controlado, de modo a assegurar imparcialidade no seu trabalho, bem assim nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional.
- V. Conhecimento técnico e capacidade profissional; possuir o domínio do julgamento profissional, pautando-se no planejamento dos exames de acordo com o estabelecido na ordem de serviço, na seleção e aplicação de procedimentos técnicos e testes necessários, e na elaboração de seus relatórios.

Com relação aos conceitos apresentados e de acordo com a Instrução Normativa SFC nº 01/2001, estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, IV e V.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e V.
- d) I, III e IV.

26. Com relação à audiência do auditado, é correto afirmar que,

- a) tomando conhecimento das ocorrências identificadas durante a realização do trabalho de campo, os responsáveis pelas áreas auditadas terão a oportunidade de apresentar suas avaliações a respeito dos trabalhos realizados pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- b) concluídos os trabalhos de campo, o titular do órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal responsável pela realização da ação de controle encaminhará o relatório final ao dirigente máximo da unidade ou entidade auditada não havendo mais possibilidades de manifestações posteriores por parte desse dirigente.
- c) emitido o relatório, o certificado de auditoria e o parecer do dirigente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, com o posicionamento final, a unidade de controle interno remeterá o processo, por intermédio do Assessor Especial de Controle Interno, quando for o caso, para o conhecimento do ministro supervisor, e respectivo pronunciamento, no caso das tomadas e prestações de contas.
- d) emitido o relatório, o certificado de auditoria e o parecer do dirigente do órgão competente do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos casos de auditoria de avaliação de gestão, o processo será remetido para conhecimento e pronunciamento do respectivo ministro supervisor, por intermédio do Assessor Especial de Controle Interno, quando for o caso.

27. Para cada atividade realizada, o órgão ou unidade de controle interno do Poder Executivo Federal deve elaborar relatório, parecer, certificado ou nota, que são genericamente denominadas formas de comunicação. Essas formas de comunicação devem reunir uma série de atributos de qualidade.

A respeito desses atributos é correto afirmar que

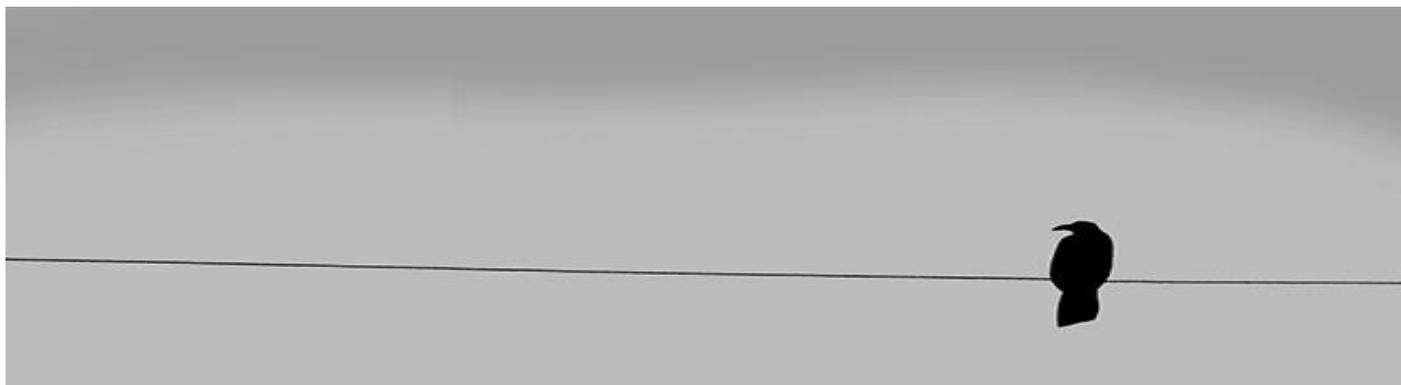
- a) um certificado de auditoria é coerente quando sua linguagem for harmônica e concordante, de forma que a comunicação seja lógica, correspondendo aos objetivos determinados.
- b) um relatório de auditoria é objetivo quando utilizar linguagem sucinta e resumida, transmitindo o máximo de informações de forma breve.
- c) um parecer de auditoria é oportuno quando permitir a formação de opinião sobre as atividades realizadas.
- d) uma nota de auditoria é conclusiva quando demonstrar a certeza da informação que a comunicação deve conter visando persuadir e convencer qualquer pessoa para as mesmas conclusões.

Com base no texto abaixo, responda às questões de 1 a 8.

Você é um só

Por Luli Radfahrer

- 1 E não é aquele do Facebook. Do Google+. Do Instagram. Do WhatsApp. Dos games. Nem de todas
2 essas redes, e outras tantas, combinadas.
- 3 Morando sozinho ou se isolando por trás das telas brilhantes de smartphones, tablets, PCs e
4 notebooks, falando pelo Twitter o que não teria coragem de dizer ao vivo, multiplicado por diversos perfis
5 e avatares, você ainda é um só.
- 6 Você, que acumula objetos e aparelhos de uso questionável e contribui para a formação do lixo
7 eletrônico, ao mesmo tempo em que reclama da poluição e da exploração do planeta.
- 8 Você, que faz passeata contra a corrupção enquanto compra notas frias, que critica o tráfico ao
9 mesmo tempo em que o financia, que reclama do preço do ônibus, mas não deixa o carro nem para ir
10 até a padaria, e que, uma vez nele, não respeita faixa, deficiente, idoso ou limite de velocidade e fala ao
11 celular enquanto guia.
- 12 Você, que, via redes sociais, se orgulha de ter atingido uma fusão mágica entre intimidade e
13 distância, quando o máximo que fundiu foi a ilusão de ambas. Sua comunidade se transformou em um
14 mecanismo terceirizado de autoimagem, ao mesmo tempo vaidoso e inseguro, preguiçoso e ansioso,
15 otimista e pragmático.
- 16 Imerso na rede, você criou um reflexo psicológico em que precisa saber de tudo no momento em
17 que acontece, posicionando-se o quanto antes, já que cada atualização diz mais respeito à opinião dos
18 outros do que ao que você realmente pensa.
- 19 Fascinado pela ideia de se transformar em veículo de informação, você parece ter se esquecido (ou
20 deixado de se importar) de que só há meios se há mensagens e de que, ao reproduzir ser pensar o que
21 ouve dos outros, não gera mais do que microfonia.
- 22 Não adianta se esconder nem tentar desafiar seus ritmos biológicos na vã tentativa de acompanhar
23 o mundo simbólico em que vive, evitando qualquer contato com a realidade. O máximo que conseguirá é
24 confundir seus mapas com o território que representam.
- 25 Você acha que é diferente e, no entanto, é igualzinho aos que critica. Não espanta que espere cada
26 vez mais da tecnologia e cada vez menos das pessoas.
- 27 É inegável, você está só. Sua solidão não foi criada pelo mundo digital, mas por suas ações
28 esquizofrênicas. Não adianta mais colocar a sociedade na terceira pessoa, tentando se isentar de
29 qualquer responsabilidade. O mundo "real" tem muito de virtual e vice-versa. É uma relação simbiótica.
- 30 Mas conexão não é o mesmo do que vínculo. O budismo (o de verdade, não essa onda chamada de
31 "sabedoria 2.0", em que a meditação é uma espécie de videogame contemplativo) ensina que todos
32 estão interconectados, que os desafios reais não estão no futuro, mas bem à nossa frente, e que o apego
33 a bens e ideias pode ser muito prejudicial.
- 34 Dar à tecnologia um espírito vago, impessoal, que move a sociedade, é uma desculpa esfarrapada.
35 Fruto de um sistema capitalista, a única resposta que a tecnologia pode trazer é mais tecnologia. Ela é só
36 uma ferramenta, não há consciência nela. Tudo o que ela faz é fruto de ideias de gente como você.
- 37 Por mais que você ache, como Mário de Andrade, que é trezentos, que é trezentos e cinquenta, não
38 se iluda. Como ele, você é um só. E ainda terá que topor consigo e prestar contas com seu legado.
- 39 Apesar de você, diz a música, amanhã há de ser outro dia.



Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Fcolu...>>
Acesso em: 01 jul. 2013

28. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Há, no título, uma ambiguidade, deixando um outro sentido latente relativo ao assunto abordado no texto.
- II. Há, no título, uma afirmação unívoca, que será mantida invariável e coerentemente ao longo do texto.
- III. Há um jogo de ideias que vem a se desenvolver no texto, mostrando dois ângulos de uma situação.
- IV. Há, no título, a emersão de um saber, proveniente do senso comum, corroborado pelo conteúdo visual e negado no penúltimo parágrafo.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.

29. A partir da leitura do texto, depreende-se, como uma das principais ideias defendidas pelo autor, que

- a) a tecnologia, embora ofereça inúmeros benefícios aos sujeitos, é um elemento corruptor e aniquilador da sociedade contemporânea.
- b) os inúmeros recursos e possibilidades de configurações pessoais, decorrentes do mundo virtual, não eximem o sujeito da condição de membro social.
- c) as redes sociais, ainda que aproximem o sujeito do grupo social, pois, ao conectar-se, forma-se o vínculo, terminam por jogá-lo à solidão.
- d) o sujeito contemporâneo não pode prescindir da tecnologia e das redes sociais sob pena de apartar-se da sociedade de que faz parte.

30. No 3º e 4º parágrafos, há ocorrência de nexos de concomitância, os quais indicam

- a) excesso de atitudes reprováveis do interlocutor.
- b) falta de coerência entre discurso e ação do interlocutor.
- c) desequilíbrio egótico de um sujeito que se multiplica nas redes sociais.
- d) multiplicidade de "eus" que o interlocutor pode assumir nas redes sociais.

31. Considere o trecho abaixo para a resolução desta questão:

"... ao mesmo tempo vaidoso e inseguro, preguiçoso e ansioso, otimista e pragmático."
(linhas 14 e 15)

Sobre o funcionamento dos adjetivos presentes no trecho, é correto afirmar que

- a) delata um comportamento paradoxal do sujeito das redes sociais.
- b) reflete uma subjetividade esquizofrênica do sujeito das redes sociais.
- c) aponta uma avaliação ambígua do autor sobre o sujeito das redes sociais.
- d) denota uma incongruência subjetiva e patológica do sujeito das redes sociais.

32. Segundo Platão e Fiorin (1997), “Pressuposto são ideias não expressas de maneira explícita, que decorrem logicamente do sentido de certas palavras ou expressões contidas na frase”.

Com base nessa afirmação, em que alternativa a palavra sublinhada **NÃO** acarreta um conteúdo pressuposto?

- a) “... multiplicado por diversos perfis e avatares, você ainda é um só.” (linhas 4 e 5)
- b) “Sua comunidade se transformou em um mecanismo...” (linhas 13 e 14)
- c) “Não adianta mais colocar a sociedade na terceira pessoa...” (linha 28)
- d) “Tudo o que ela faz é fruto de ideias de gente como você.” (linha 36)

33. Em que alternativa o elemento sublinhado está contribuindo para a progressão temática do texto?

- a) “Nem de todas essas redes...” (linhas 1 e 2)
- b) “... foi a ilusão de ambas.” (linha 13)
- c) “... já que cada atualização diz...” (linha 17)
- d) “Não adianta se esconder...” (linha 22)

34. Leia este trecho: “... você criou um reflexo psicológico em que precisa saber de tudo...” (linha 16).

A palavra “que”, na língua portuguesa, apresenta classificações diversificadas, podendo ser pronome, conjunção, preposição, advérbio, interjeição. No trecho destacado para esta questão, observe que a palavra “que” é um pronome.

Em que alternativa a palavra “que” **NÃO** é um pronome?

- a) Que aconteceu com teu facebook?
- b) As redes sociais podem provocar movimentos sociais, o que já era previsto.
- c) Naturalmente que eu não idolatro a tecnologia, como o faz a maioria das pessoas.
- d) Este é o amigo virtual de que te falei e com quem mantenho contato frequentemente.

35. Sobre o emprego da vírgula em “Você, que acumula objetos e aparelhos de uso questionável...” (linha 6), são feitas as seguintes afirmações:

- I. A colocação da vírgula limita a abrangência do destinatário.
- II. A vírgula é facultativa, visto o antecedente ser um pronome de tratamento.
- III. A vírgula indica que a qualidade atribuída ao termo antecedente é inerente a este.
- IV. A retirada da vírgula, embora não provoque erro gramatical, acarreta alteração de sentido.

Está (ão) correta (s) apenas a (s) afirmativa (s)

- a) I.
- b) I e III.
- c) II.
- d) III e IV.

LEGISLAÇÃO

36. Considerando a Lei n.º 8.112, de 1990, no que diz respeito à acumulação de cargos e de direitos do servidor público federal, analise:

- I. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado para apresentar opção dentro de um prazo legal.
- II. O servidor em débito com o erário que for exonerado, demitido, ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá um prazo legal para quitar o débito.

Diante das situações acima, os prazos legais são, respectivamente, de

- a) dez dias improrrogáveis, sob pena de instauração de procedimento sumário e sessenta dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.
- b) dez dias, prorrogáveis por mais dez dias, sob pena de instauração de sindicância e trinta dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.
- c) quinze dias, sob pena de exoneração de ofício e sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta dias.
- d) quinze dias úteis, prorrogáveis por mais quinze dias e noventa dias, sob pena de execução fiscal.

37. Um determinado servidor público federal pediu e obteve licença para atividade política. Teve seu pedido deferido, sem remuneração, durante o período que mediava entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral. A partir do registro da candidatura, até o décimo dia seguinte da eleição, a licença foi deferida, com vencimentos do cargo efetivo assegurados pelo período de 3 meses.

Nessa situação, o deferimento da licença foi

- a) ilegal, por ser a atividade política incompatível com a ocupação de cargo público.
- b) ilegal, quanto à ausência de remuneração até a véspera do registro da candidatura.
- c) ilegal, quanto ao prazo de duração a partir do registro da candidatura.
- d) legal, de acordo com a previsão da lei nº 8.112, de 1990.

38. Em matéria de licitação, afirmam-se:

- I. O fato de, em uma licitação sob a modalidade convite, acudir apenas 1 (um) interessado a torna deserta, mas não enseja a dispensa de licitação para contratar.
- II. A diferença básica entre dispensa e inexigibilidade de licitação está no fato de que, na primeira, há possibilidade de competição, enquanto, na segunda, inexistente essa possibilidade.
- III. A licitação deserta não se confunde com a licitação fracassada, em que aparecem interessados, mas nenhum é selecionado, em decorrência da inabilitação ou de desclassificação.
- IV. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, a firma-líder representa juridicamente as demais integrantes do consórcio, posto que possui personalidade própria.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II e III.
- d) I e II.

39.De acordo com a Lei 10.520, de 2002, a modalidade de licitação denominada “pregão”, destina-se a

- a) contratação de obras, serviços e compras de pequeno valor.
- b) aquisição de bens de uso permanente.
- c) aquisição de bens e serviços comuns.
- d) aquisição de bens, serviços e contratação de obras de reforma.

40.Com base na Lei n.º 12.618, de 2012, o _____ opção pelos servidores e membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tiverem ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar, e nele tenham permanecido sem perda do vínculo efetivo, é _____ e _____, não sendo devida pela União e suas autarquias e fundações públicas qualquer _____ referente ao valor dos descontos já efetuados sobre a base de contribuição acima do limite previsto.

Os termos, que preenchem corretamente as lacunas, são

- a) exercício de – revogável - retratável –contrapartida
- b) exercício de – irrevogável - irretratável –contrapartida
- c) prazo para a – irrevogável - irretratável –devolução
- d) prazo para a – revogável - retratável – remuneração

